

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	OBJETIVOS DIGITAIS PARA O BRASIL: ANÁLISE DE PROPOSTAS SOBRE POLÍTICAS DIGITAIS EM PLANOS DE GOVERNO DE CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DE 2018 E 2022						
AUTORIA	YASMIN CURZI E JOSÉ LUIZ NUNES				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	CLARA LEITÃO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE						
PÚBLICO ALVO	SOCIEDADE CIVIL						
CÓDIGO	GRDDIR036 / GRDDIR038 / GRDDIR041	SEMESTRE	2022.2	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Este Field Project analisará planos de governos de candidatos à presidência em 2018 e em 2022, com a intenção de compreender (1) quais são os principais temas de destaque em tais planos; (2) se o tema das políticas digitais é considerado como parte das prioridades dos candidatos. A partir da análise de documentos e da literatura especializada, o Field objetiva a produção de uma cartilha com “10 objetivos digitais para o Brasil” que deveriam ser priorizados pelo próximo governo.
PROBLEMA	A análise de propostas dos candidatos à presidência para solução de problemas, inclusão e demais políticas digitais do país pode nos informar sobre quais são as prioridades dos gestores nesse âmbito. Considerando a possibilidade de que estas propostas sejam esparsas ou não sejam tratadas com a relevância adequada, é de extrema importância a produção de um documento que evidencie quais deveriam ser as prioridades para as políticas digitais no Brasil, a partir da literatura especializada.
PRODUTO	Documento comparando objetivos digitais das campanhas presidenciais nas eleições de 2022 e 2018. Produto será divulgado no site do projeto CyberBRICS.
OBJETIVO	Identificar e comparar propostas de política digital nos planos de governo dos principais candidatos à Presidência da República. A partir da obtenção de tais informações, produzir a cartilha “10 objetivos digitais para o Brasil” derivada da experiência empírica e da literatura especializada.
METODOLOGIA	Field começará com a apresentação de temas selecionados de política digital (i.e. desenvolvimento de inteligência artificial, acesso à tecnologias digitais, reconhecimento facial pelo poder público) no país, a partir de análises de problemas importantes que tenham sido destacados pela literatura acadêmica ou órgãos políticos como desafios dos próximos anos, ou que tenham sido abordados recentemente no país. Após a etapa inicial, iremos iniciar a análise a partir da coleta de informações dos planos de governo dos principais candidatos das eleições presidências de 2018. Então, iremos repetir e coletar as informações divulgados pelos candidatos nas eleições de 2022. Com as informações, os participantes irão elaborar a cartilha “10 objetivos digitais para o Brasil” que deverá contar com: (1) documento destacando as informações de cada um dos tópicos relevantes de política digital que constarem nos planos de governo; (2) documento com as prioridades que deveriam ser consideradas por próximos gestores. A cartilha será divulgada com o objetivo de suscitar o debate sobre a normatização e incentivo ao desenvolvimento de tais políticas.
HABILIDADE	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	<input checked="" type="checkbox"/> Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Outras:	
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))	
ATIVIDADE	TEMA
1	Introdução ao tema: Aspectos de transformação digital no Brasil. (OECD (2020c), A Caminho da Era Digital no Brasil, OECD Publishing, Paris. Available at: https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt)
2	Estratégia de Inteligência Artificial do Brasil (GASPAS, Walter. CURZI, Yasmin. (2021). Artificial Intelligence In Brazil Still Needs A Strategy. Available at: https://cyberbrics.info/artificial-intelligence-in-brazil-still-needs-a-strategy/)
3	Barreiras para ampliação de acesso a tecnologias digitais no Brasil (IDEC, LOCOMOTIVA. (2021). Barreiras e limitações no acesso à internet e hábitos de uso e navegação na rede nas classes C, D e E. Available at: https://idec.org.br/sites/default/files/pesquisa_locomotiva_relatorio.pdf)
4	Descrição de atividade (s). (ACCESSNOW. (2021). Tecnologia de Vigilância na América Latina: Feita no Exterior, Implantada em Casa. Available at: https://www.accessnow.org/tecnologia-de-vigilancia-na-america-latina/)
5	Inclusão digital na educação brasileira. (BELLI, L. (2019). Neutralidade da rede, o zero-rating e o Marco Civil da Internet. In BELLI, L. e CAVALLI, O. Governança e Regulações da Internet na América Latina. FGV Direito Rio. https://www.governanzainternet.org/livro_portugues/)
6	Análise de planos de presidencialismos de 2018
7	Análise de planos de presidencialismos de 2018
8	Análise de planos de presidencialismos de 2018
9	Primeiro draft do infográfico sobre objetivos digitais de 2018
10	Análise de planos de presidencialismos de 2022
11	Análise de planos de presidencialismos de 2022
12	Análise de planos de presidencialismos de 2022
13	Draft documento final com análise de planos presidencialismos sobre objetivos digitais de 2022
14	Redação do documento final
15	Redação do documento final
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Participação: 30% Entrega de tarefas: 70% Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Composta de até três (3) títulos. OECD (2020c), A Caminho da Era Digital no Brasil, OECD Publishing, Paris. Available at: https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt . IDEC, LOCOMOTIVA. (2021). Barreiras e limitações no acesso à internet e hábitos de uso e navegação na rede nas classes C, D e E. Available at: https://idec.org.br/sites/default/files/pesquisa_locomotiva_relatorio.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Composta de até CINCO (5) títulos. GASPAS, Walter. CURZI, Yasmin. (2021). Artificial Intelligence In Brazil Still Needs A Strategy. Available at: https://cyberbrics.info/artificial-intelligence-in-brazil-still-needs-a-strategy/ BELLI, L. (2019). Neutralidade da rede, o zero-rating e o Marco Civil da Internet. In BELLI, L. e CAVALLI, O. Governança e Regulações da Internet na América Latina. FGV Direito Rio. https://www.governanzainternet.org/livro_portugues/